

Cerco ao Tesouro

Começaram as pressões para o governo federal ampliar o refinanciamento aos Estados. Senadores nordestinos têm reclamado, para sua região, "igualdade de tratamento". Segundo eles, a União só está beneficiando os mais ricos na renegociação das dívidas. O Ministério da Fazenda já fechou acordos com Rio Grande do Sul e Minas Gerais e está negociando com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí. O principal benefício, no reescalonamento, vem sendo a extensão da cobertura federal à dívida mobiliária, representada por títulos dos Tesouros estaduais. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são responsáveis por 89,7% dessa dívida, segundo os valores de julho. Esse tipo de cobertura já existia, mas sem o compromisso de reescalonamento. Em maio de 1994, havia apenas R\$ 1,9 bilhão de Letras do Banco Central Especiais. No mês passado, o saldo era R\$ 30,6 bilhões. Toda essa papelada foi emitida, nos últimos dois anos, para facilitar a rolagem dos débitos de Estados e municípios.

A renegociação envolve também dívida contratual. Dos R\$ 11 bilhões renegociados com Minas, R\$ 3,1 bilhões se enquadram nessa categoria. Segundo o senador

Ney Suassuna (PMDB-PB), Estados com dívida mobiliária pequena serão prejudicados, porque não têm muito que renegociar, de acordo com os critérios até agora utilizados. A cobertura federal das dívidas não inclui os débitos de companhias estatais. "Dívida é dívida, e o critério que for utilizado para resolver o endividamento de um Estado terá de ser estendido a todos os outros", acrescentou o senador. Mas seria, de fato, um critério mais amplo: envolveria qualquer débito. A idéia, segundo declarações publicadas ontem pelo **Estado**, seria incluir no limite de comprometimento de recursos, para amortização das dívidas estaduais, também o passivo das companhias estatais. Não está claro como isso poderia ser feito, mas a questão, obviamente, não é apenas técnica. A ajuda foi convertida, nesse debate, numa questão de direito. Dessa perspectiva, qualquer pressão por tratamento "isonômico" será entendida como legítima pelos governadores e parlamentares envolvidos no debate.



Se for conduzida nessas condições, a ajuda aos Estados dificilmente deixará de resultar num desastre financeiro para a União. O governo central, para começar, não tem propriamente obrigação de socorrer os endividados. As justificativas para o auxílio são de outra natureza. Alguns Estados estavam quebrados e, de qualquer forma, não conseguiriam, mesmo com grande aperto, realizar todos os pagamentos. Isso é um dado de fato, não de direito. Os contribuintes da União, moradores de qualquer Estado, sofreriam perda com essa quebra. A renegociação, apesar de todos os riscos, pode ser a forma de reduzir a perda e também de facilitar a retomada do crescimento. Além disso, a ajuda tem de ser condicionada a programas de ajuste fiscal, a compromissos de privatização e rápido pagamento de parcela significativa do débito. Essa renegociação serve de critério, também, para selecionar os Estados com direito à moratória, por 90 dias, que os bancos oficiais podem conceder. Alguns dos maiores deve-

dores, candidatos evidentes à renegociação, ajudaram a criar esse mau entendimento do problema, cobrando o auxílio federal como extensão do reescalonamento da dívida externa. Apenas anteciparam, assim, a cobrança que representantes de outros Estados agora começam a fazer. Mais uma vez, o que deveria ser um ajuste financeiro é confundido com a parti-

Discussão sobre ajuda a Estados endividados pode vir a tornar-se danosa para as finanças da União

lha de uma grande pizza. Só que a pizza não existe.

O governo central talvez devesse estar sendo mais cauteloso nessas negociações. Não tem sentido é censurá-lo por não

transformar o reescalonamento numa grande acomodação nacional. O Tesouro da União não produz dinheiro. Pode produzir déficits, dívidas incontroláveis, inflação e crise, se for tratado como fonte mágica de recursos. Os senadores representam Estados, mas são senadores da República e não na República. Quando se esquecem disso, como ocorre com frequência, põem o País em xeque.